

EDITAL Nº 001/2025 DO CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS DE NÍVEIS MÉDIO E SUPERIOR NA AUTARQUIA DE ENSINO SUPERIOR DE GARANHUNS (AESGA)

AESGA GARANHUNS (PE)

AUXILIAR ADMINISTRATIVO

Atenção: Fraudar ou tentar fraudar Concursos Públicos é Crime previsto no art. 311-A do Código Penal.

ORIENTAÇÕES IMPORTANTES AO CANDIDATO:

1. Conferência de documentos:

- ✓ Verifique seu nome, número do documento e número de inscrição em todos os materiais entregues.
- ✓ Confira o Caderno de Questões quanto a falhas de impressão ou numeração.

2. Cumprimento das normas:

- ✓ O descumprimento de qualquer regra constante no Edital, Caderno de Questões ou Folha de Respostas poderá acarretar a eliminação do candidato.

3. Folha de Respostas:

- ✓ É o único documento válido para avaliação.
- ✓ Preencha corretamente o campo da assinatura.
- ✓ Assinale apenas uma alternativa por item.
- ✓ Utilize apenas caneta esferográfica azul ou preta.
- ✓ Devolva a Folha de Respostas preenchida e assinada ao fiscal.

4. Divulgação de provas e gabaritos:

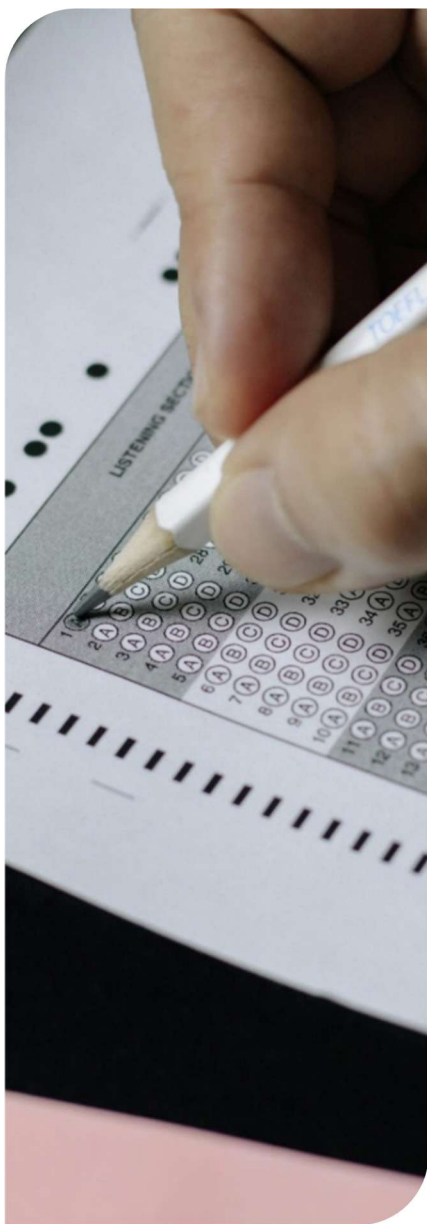
- ✓ Estarão disponíveis no site do Instituto IGEDUC (www.igeduc.org.br), conforme o Edital.

5. Condutas proibidas:

- ✓ Manusear o Caderno de Questões antes do horário oficial.
- ✓ Comunicar-se com outros candidatos durante a prova.
- ✓ Usar aparelhos eletrônicos de qualquer tipo.
- ✓ Anotar o gabarito fora da Folha de Respostas.

6. Exceto quando o enunciado da questão determinar o contrário, considere as seguintes regras:

- ✓ As questões de Língua Portuguesa devem ser respondidas conforme a norma culta vigente à época da aplicação da prova; as de informática, com base na versão mais atualizada dos softwares mencionados na mesma data; e as de legislação, considerando a versão vigente e mais atual de cada lei.



Este caderno foi feito para ser útil — e reciclado. Descarte corretamente e ajude o planeta.

Conhecimentos Gerais

Questão 01

Os sinais de pontuação desempenham funções que vão além da mera indicação de pausas na leitura, contribuindo para a clareza sintática, a coesão textual e efeitos de estilo. Entretanto, seu uso requer atenção às normas gramaticais e às relações estabelecidas entre termos e orações. Observe as afirmativas abaixo, que tratam de diferentes sinais de pontuação:

I. O ponto e vírgula pode ser utilizado para separar orações coordenadas que apresentam independência semântica, funcionando como uma pausa intermediária entre a vírgula e o ponto final.

II. As reticências podem indicar interrupção da fala, hesitação ou continuidade de sentido, e, quando utilizadas no fim de um período, dispensam o uso do ponto final.

III. Os parênteses exercem função obrigatória quando se deseja apresentar uma explicação ou comentário acessório ao enunciado, não podendo nunca ser substituídos pelo travessão.

IV. A vírgula é utilizada obrigatoriamente para separar o sujeito simples do verbo, sempre que houver intenção de enfatizar o termo anteposto.

Assinale a alternativa que apresenta quais afirmativas são VERDADEIRAS, conforme o uso normativo da língua portuguesa:

- (A) III e IV somente.
- (B) I e III somente.
- (C) I e II somente.
- (D) II e IV somente.

Questão 02

Os tempos verbais articulam-se aos modos verbais para indicar a localização temporal da ação. Considerando o uso normativo dos tempos verbais, analise as afirmativas a seguir:

I. O pretérito perfeito do indicativo expressa uma ação concluída, enquanto o pretérito imperfeito indica uma ação passada, porém contínua ou habitual, ainda não plenamente concluída no momento referido.

II. O pretérito mais-que-perfeito simples, embora gramaticalmente correto, encontra-se em desuso no português contemporâneo, sendo frequentemente substituído por perífrases verbais, como "tinha + particípio".

III. O futuro do pretérito é empregado exclusivamente para expressar incerteza ou hipótese, não podendo indicar polidez ou atenuação de pedido.

Assinale a alternativa que apresenta quais afirmativas são VERDADEIRAS:

- (A) II e III somente.
- (B) I e III somente.

(C) I e II somente.

(D) I, II e III.

Questão 03

A regência nominal determina a preposição exigida por certos nomes, sendo fundamental para a norma padrão escrita. Muitos desvios decorrem da substituição inadequada das preposições, o que pode alterar a correção gramatical. Considerando as regras de regência nominal presentes na norma culta da Língua Portuguesa, analise as afirmativas a seguir:

I. A expressão correta é "adaptado a" quando se indica adequação a uma nova condição, como em: Ele já está adaptado à rotina nova.

II. O adjetivo "convicto" exige, na norma padrão, a preposição de, como em: Estou convicto de que tomamos a melhor decisão.

III. A forma "compatível a" é a mais adequada segundo a gramática normativa, devendo-se evitar o uso de "compatível com".

IV. A expressão "medo que" deve ser preferida à construção "medo de que", pois esta última é considerada menos correta na escrita formal.

Assinale a alternativa **CORRETA** que indica quais afirmativas são verdadeiras:

- (A) II e IV somente.
- (B) I e II somente.
- (C) I e III somente.
- (D) III e IV somente.

Questão 04

A regência verbal consiste na relação de dependência entre o verbo e os termos que o complementam, sendo fundamental para a construção sintática adequada. Considerando as regras de regência verbal presentes na norma culta da Língua Portuguesa, assinale a alternativa em que a regência está **CORRETA**.

- (A) A plateia assistiu ao espetáculo com grande entusiasmo.
- (B) Joana prefere estudar do que trabalhar nos finais de semana.
- (C) Os alunos agradeceram o professor pela paciência durante as aulas.
- (D) O atleta aspirou ao ar fresco da montanha logo pela manhã.

Questão 05

A concordância nominal envolve a relação de dependência entre o substantivo e seus modificadores, especialmente os adjetivos, pronomes e numerais. Entretanto, certas palavras apresentam comportamentos específicos, variando ou não conforme o contexto sintático em que aparecem. Considerando as regras de concordância nominal, assinale a alternativa que está

plenamente de acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa:

- (A) As blusas e saias cara foram adquiridas em liquidação especial promovida pela loja.
- (B) As crianças ficaram meias nervosas antes da apresentação, pois esperavam convidados importantes.
- (C) As mensagens seguem anexas, conforme solicitado anteriormente pelo setor administrativo.
- (D) É proibida entrada de veículos no pátio após às 18 horas.

Questão 06

A análise sintática exige a identificação precisa das funções desempenhadas pelos termos na oração, distinguindo-se termos essenciais, integrantes e acessórios. Considere a tabela a seguir, que apresenta diferentes termos da oração e suas possíveis definições. Em seguida, associe corretamente cada termo ao seu respectivo conceito.

Coluna A

- ☐ Termo que caracteriza o sujeito por meio de um nome, geralmente acompanhado de verbo de ligação.
- ☐ Termo que completa o verbo sem preposição obrigatória.
- ☐ Termo que indica quem pratica a ação na voz passiva.
- ☐ Termo que modifica o sentido do verbo, adjetivo ou advérbio, podendo exprimir circunstâncias diversas.

Coluna B

- I. Objeto Direto
- II. Agente da Passiva
- III. Predicado Nominal
- IV. Adjunto Adverbial

Assinale a alternativa com a sequência **CORRETA**:

- (A) 2, 3, 4, 1.
- (B) 4, 2, 3, 1.
- (C) 3, 1, 2, 4.
- (D) 1, 4, 2, 3.

Questão 07

A crase é um fenômeno que envolve tanto regência verbal quanto nominal, além da identificação do artigo definido feminino ou de pronomes demonstrativos iniciados por "a". Considerando as regras de emprego e não emprego da crase, assinale a alternativa em que o uso do acento indicativo de crase está **CORRETO**.

- (A) O documento deve ser escrito a tinta azul, conforme às normas internas.
- (B) Dirigiu-se àquela comissão para apresentar sua defesa formal.

- (C) Chegaremos a uma hora da madrugada, caso não haja imprevistos.
- (D) Entregarão o relatório à ele, conforme combinado na reunião anterior.

Questão 08

Leia atentamente as afirmativas a seguir, que tratam do uso do hífen conforme o Novo Acordo Ortográfico:

I. Não se usa o hífen quando o prefixo termina em vogal e o segundo elemento começa com as letras r ou s, devendo essas consoantes serem duplicadas.

II. Usa-se o hífen quando o prefixo co- se junta a uma palavra iniciada por o, a fim de evitar a repetição da vogal.

III. Usa-se o hífen quando os prefixos hiper, inter e super se ligam a palavras iniciadas por r.

IV. Quando o prefixo termina em vogal diferente da que inicia o segundo elemento, não se usa o hífen.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) Apenas I e III estão corretas.
- (B) Apenas II e IV estão corretas.
- (C) Apenas I, III e IV estão corretas.
- (D) I, II, III e IV estão corretas.

Questão 09

As classes de palavras ou classes gramaticais são dez, sendo cada uma responsável por desempenhar funções específicas na estruturação do discurso. Entre elas, encontram-se aquelas que nomeiam seres, qualificam características, indicam ações, estabelecem relações, expressam quantidades ou circunstâncias, além de palavras que manifestam sentimentos espontâneos do falante.

Considerando as funções e classificações das classes gramaticais apresentadas no trecho e no estudo sistemático da gramática normativa, analise as afirmativas abaixo para identificar a assertiva **CORRETA**.

- (A) As interjeições são invariáveis e, devido a essa característica, são classificadas necessariamente como advérbios de intensidade no interior da oração.
- (B) A conjunção, assim como a preposição, estabelece relação de subordinação sintática entre termos, não podendo jamais atuar na ligação entre orações coordenadas.
- (C) O numeral é a classe que indica apenas quantidades exatas, não sendo empregado para indicar funções que são exclusivas dos pronomes demonstrativos.
- (D) O advérbio pode modificar verbo, adjetivo ou outro advérbio, exprimindo circunstâncias, ao passo que o adjetivo modifica substantivos, atribuindo-lhes qualidades ou características.

Questão 10

O estudo dos modos verbais é essencial para a

compreensão da intenção discursiva do enunciador, pois cada modo expressa uma função distinta diante da ação verbal. Considerando essas funções, observe as frases abaixo e identifique aquela em que o verbo está empregado corretamente no modo subjuntivo.

- (A) Quando eles resolverem o problema, avisem-nos imediatamente.
- (B) Eles resolveram o problema ontem à tarde.
- (C) Eles resolvem o problema todos os dias, sem dificuldades.
- (D) Resolva o problema agora, por favor.

Questão 11

Durante o curso de integração de novos servidores, o instrutor explicou os conceitos fundamentais previstos no art. 2º, incisos I e II, da Lei Estadual nº 6.123/1968, que tratam da definição de funcionário público e de cargo público.

Com base nesse dispositivo legal, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Funcionário público é o agente político, e cargo público é o mandato eletivo.
- (B) Funcionário público é a pessoa física contratada temporariamente, e cargo público é qualquer função remunerada pela administração.
- (C) Funcionário público é a pessoa legalmente investida em cargo público, e cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a um funcionário, criadas por lei, com denominação própria e vencimento pago pelos cofres do Estado.
- (D) Funcionário público é todo servidor regido pela CLT, e cargo público é o posto de trabalho exercido mediante contrato.

Questão 12

Helena tomou posse em seu cargo público no dia 2 de março. Entretanto, por motivos pessoais, decidiu iniciar o trabalho apenas em 15 de abril, acreditando que o prazo seria de 45 dias.

De acordo com o Art. 33, inciso II, da Lei Estadual nº 6.123/1968, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O servidor deverá entrar em exercício no prazo máximo de 30 dias, contados da data da posse.
- (B) O servidor poderá iniciar o exercício no prazo de até 60 dias, contados da nomeação.
- (C) O exercício deve iniciar imediatamente após a posse, sem prazo legal definido.
- (D) O prazo para início do exercício é de 15 dias, prorrogáveis por igual período.

Questão 13

Durante uma auditoria interna na Secretaria de Educação, verificou-se que o sistema de pessoal estava com registros incompletos das formas de provimento de

cargos. Um servidor alegou que "toda forma de ingresso ou retorno de servidor ao serviço público é nomeação".

Com base no art. 10 da Lei Estadual nº 6.123/1968, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Os cargos públicos serão providos por nomeação, promoção, reintegração, aproveitamento, reversão e transferência.
- (B) O Estatuto prevê provimento apenas por concurso público.
- (C) Toda forma de provimento de cargo público é, exclusivamente, a nomeação.
- (D) Apenas a reintegração e o aproveitamento são formas de provimento no serviço público estadual.

Questão 14

Durante reunião da comissão de processo administrativo disciplinar, foram discutidas as possíveis sanções aplicáveis aos servidores públicos estaduais que cometem infrações graves. Um dos membros apresentou uma lista de penalidades, mas incluiu um item que não está previsto no Estatuto.

Com base no Art. 190, incisos I a V, da Lei Estadual nº 6.123/1968, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A demissão pode ser imposta nos casos de falta grave devidamente apurada em processo administrativo.
- (B) As penalidades disciplinares incluem advertência verbal, suspensão, multa, demissão e cassação de aposentadoria ou disponibilidade.
- (C) A cassação de aposentadoria é uma penalidade prevista no Estatuto, aplicável quando comprovada infração disciplinar praticada pelo servidor aposentado.
- (D) A repreensão é uma das penalidades aplicáveis ao servidor público estadual.

Questão 15

O servidor Marcos atua no setor de emergências de um hospital público estadual. Por interesse do serviço, teve suas férias adiadas por dois anos consecutivos. Em 2025, solicitou o gozo das férias acumuladas.

Com base no Art. 105, caput e §2º, da Lei Estadual nº 6.123/1968, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O servidor poderá acumular até três períodos de férias, independentemente de justificativa.
- (B) As férias não podem ser acumuladas em nenhuma hipótese.
- (C) Marcos poderá acumular suas férias até o máximo de dois períodos, desde que o adiamento decorra de necessidade do serviço.
- (D) As férias acumuladas são automaticamente convertidas em pecúnia.

Questão 16

Na Secretaria de Finanças, foi aberta a fase de promoção dos servidores efetivos da carreira contábil. A Comissão de Avaliação, composta por contadores e gestores de pessoal, debateu sobre os critérios previstos no Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de Pernambuco (Lei nº 6.123/1968). Após discussão, três proposições foram apresentadas:

I. A promoção deve obedecer, alternadamente, aos critérios de merecimento e antiguidade.

II. A promoção por antiguidade é aquela baseada no maior tempo de efetivo exercício na classe.

III. A promoção por merecimento considera a produtividade, a disciplina e a dedicação, mas pode ser concedida mesmo que o servidor possua punição recente.

Com base no Art. 46 e seu parágrafo único da Lei Estadual nº 6.123/1968, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) As afirmativas I, II e III estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- (D) Apenas a afirmativa I está correta.

Questão 17

João, servidor recém-nomeado, encontrava-se em período de estágio probatório. Apesar do bom desempenho técnico, sua assiduidade e disciplina deixavam a desejar. Ao ser avaliado, alegou que apenas a produtividade poderia ser analisada nesse período.

Com base no Art. 43 e §1º da Lei Estadual nº 6.123/1968, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O servidor é automaticamente estável após seis meses de exercício.
- (B) O estágio probatório tem duração de dois anos e destina-se a verificar a idoneidade moral, assiduidade, disciplina e eficiência do servidor.
- (C) O estágio probatório tem duração de um ano e avalia somente o desempenho técnico do servidor.
- (D) A avaliação de disciplina e assiduidade não é critério do estágio probatório.

Questão 18

Durante um curso de ética no serviço público, o instrutor apresentou três situações cotidianas:

I. Pedro chega sempre pontualmente e mantém comportamento respeitoso com colegas e superiores.

II. Carla, mesmo competente, costuma faltar sem justificativa.

III. João recusa-se a cumprir ordens de seu chefe imediato, alegando discordar da forma de trabalho.

Com base no Art. 168, incisos I a V, da Lei Estadual nº

6.123/1968, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Apenas Carla cumpre integralmente os deveres funcionais.
- (B) Apenas a conduta de Pedro está de acordo com os deveres funcionais previstos na lei.
- (C) Nenhum dos servidores observou os deveres previstos no Estatuto.
- (D) Carla e João estão em conformidade com os deveres de assiduidade e obediência.

Questão 19

Durante reunião administrativa, foram levantadas dúvidas sobre os tipos de licença previstos no Estatuto dos Servidores do Estado de Pernambuco.

Conforme previsto no art. 109, incisos I e IV, da Lei Estadual nº 6.123/1968, analise as afirmações a seguir e marque V (verdadeiro) ou F (falso):

☐ O servidor poderá obter licença por motivo de doença em pessoa da família, mediante comprovação médica.

☐ A servidora gestante tem direito a licença de 90 dias, com vencimentos integrais.

☐ O servidor poderá pedir licença para tratar de assuntos particulares, sem vencimento, por até 1 ano.

Assinale a sequência CORRETA:

- (A) V, V, V.
- (B) F, F, V.
- (C) F, V, V.
- (D) V, V, F.

Questão 20

Carlos foi aprovado em concurso público e nomeado para o cargo de agente administrativo. Na fase de posse, apresentou seus documentos, mas se recusou a realizar a inspeção médica, alegando que já havia feito exames em clínica particular.

Com base no Art. 23, incisos II, III, IV e V, da Lei Estadual nº 6.123/1968, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A comprovação de boa saúde pode ser substituída por declaração do candidato.
- (B) A inspeção médica oficial é facultativa, podendo ser substituída por exame particular.
- (C) A apresentação de título eleitoral é dispensável para a posse.
- (D) A posse exige, entre outros requisitos, o gozo dos direitos políticos, quitação com as obrigações militares e eleitorais, e comprovação de boa saúde mediante inspeção médica oficial.

Conhecimentos Específicos

Questão 21

A Administração Pública dispõe de determinados poderes que possibilitam a execução de suas atividades e a consecução do interesse público, sempre dentro dos limites da legalidade.

Com base nos poderes administrativos, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) O poder de polícia confere à Administração o direito de restringir direitos individuais sem necessidade de previsão legal.
- (B) O poder regulamentar autoriza o servidor público a criar normas que substituam leis quando estas forem omissas.
- (C) O poder hierárquico é aquele que organiza, coordena e distribui as funções entre os órgãos e agentes, permitindo a revisão e controle interno dos atos administrativos.
- (D) O poder disciplinar permite à Administração aplicar sanções exclusivamente a servidores de outros órgãos públicos.

Questão 22

Os atos administrativos possuem características que os distinguem dos atos praticados por particulares, conferindo-lhes prerrogativas próprias da Administração Pública.

Com base nos atributos dos atos administrativos, assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) A tipicidade confere ao ato administrativo o poder de criar obrigações de forma discricionária, independentemente de previsão legal.
- (B) A autotutela e a hierarquia são consideradas atributos do ato administrativo, pois permitem à Administração organizar sua estrutura interna.
- (C) A imperatividade é o atributo que torna o ato administrativo imutável, mesmo quando ilegal.
- (D) A imperatividade, a presunção de legitimidade, a exigibilidade e a tipicidade são atributos que conferem ao ato administrativo autoridade e presunção de validade.

Questão 23

A respeito da Administração Pública Indireta, julgue as afirmativas a seguir como verdadeiras (V) ou falsas (F):

() A Administração Indireta é composta por entidades com personalidade jurídica própria, criadas por lei para desempenhar atividades administrativas de forma descentralizada.

() As autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista integram a Administração Indireta.

() As entidades da Administração Indireta não

possuem autonomia administrativa, financeira e patrimonial em relação ao ente que as criou.

() A descentralização administrativa permite que o Estado transfira a execução de determinadas atividades a outras entidades, mantendo, contudo, o controle finalístico sobre elas.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência **CORRETA**:

- (A) F, F, F, V.
- (B) V, F, V, F.
- (C) V, V, F, V.
- (D) F, V, V, F.

Questão 24

O controle exercido internamente pela Administração Pública tem como objetivo assegurar que os atos administrativos estejam em conformidade com a lei, normas internas e os princípios da eficiência e legalidade. Considerando esse tipo de controle, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) O controle interno permite que a própria Administração verifique a legalidade, a legitimidade e a economicidade de seus atos, podendo propor correções e aplicar sanções.
- (B) O controle interno é realizado exclusivamente pelo Poder Legislativo, visando fiscalizar os atos do Executivo.
- (C) O controle interno substitui totalmente o controle externo, tornando desnecessária a atuação de órgãos de fiscalização independentes.
- (D) O controle interno restringe-se apenas à conferência de documentos contábeis e financeiros, sem avaliar aspectos jurídicos ou administrativos.

Questão 25

O controle legislativo é um mecanismo pelo qual o Poder Legislativo fiscaliza e orienta a atuação da Administração Pública, garantindo a legalidade, a transparência e o cumprimento do interesse público. Com base nesse tema, julgue as alternativas a seguir:

I. O controle legislativo limita-se à apreciação de leis, não abrangendo a fiscalização de atos administrativos.

II. A apreciação de contas do Executivo e a autorização para operações de crédito são exemplos de controle legislativo sobre a Administração.

III. O controle legislativo é exercido apenas pelo Congresso Nacional, sem possibilidade de atuação em níveis estaduais ou municipais.

IV. O controle legislativo substitui o controle judicial, garantindo a legalidade de todos os atos administrativos.

Diante das afirmativas apresentadas está **CORRETO** o que se afirma em:

- (A) I, II e IV apenas.

- (B) II apenas.
- (C) I, II e III apenas.
- (D) III e IV apenas.

Questão 26

A organização administrativa do Estado compreende a Administração Direta e a Indireta, sendo que cada uma possui características próprias quanto à estrutura, autonomia e personalidade jurídica.

Nesse contexto, analise as asserções a seguir e a relação proposta entre elas:

I. A Administração Direta é formada pelos serviços integrados na estrutura dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que executam as atividades administrativas de forma centralizada, sem personalidade jurídica própria, utilizando-se da personalidade do próprio ente federativo ao qual pertencem.

PORTANTO,

II. Os órgãos que compõem a Administração Direta representam desdobramentos internos do Estado, atuando em nome da pessoa jurídica do ente federativo, sem autonomia administrativa ou patrimonial, o que justifica a ausência de personalidade jurídica própria.

A respeito dessas asserções, assinale a opção **CORRETA**.

- (A) A asserção I é uma proposição verdadeira e a II é uma proposição falsa.
- (B) A asserção I é uma proposição falsa e a II é uma proposição verdadeira.
- (C) As asserções I e II são proposições verdadeiras e a II é uma justificativa correta da I.
- (D) As asserções I e II são proposições falsas.

Questão 27

A Lei nº 14.133/2021 define hipóteses em que a licitação é inexigível, ou seja, quando a competição é inviável, como nos casos de fornecedor exclusivo ou serviços de natureza técnica e singular, prestados por profissionais ou empresas de notória especialização.

Com base nessa norma, analise as afirmativas a seguir e assinale se são verdadeiras (V) ou falsas (F):

() A licitação é inexigível quando houver inviabilidade de competição, como nos casos de fornecedor exclusivo ou serviços técnicos especializados.

() A inexigibilidade de licitação aplica-se apenas às contratações de pequeno valor.

() Nos casos de inexigibilidade, é dispensada a justificativa da contratação.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência **CORRETA**:

- (A) V, V, F.
- (B) F, V, V.

- (C) V, F, F.
- (D) F, F, V.

Questão 28

De acordo com as disposições da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), as modalidades de licitação devem ser escolhidas conforme a natureza do objeto a ser contratado e o valor estimado da contratação.

Nesse contexto, complete corretamente as lacunas a seguir:

A modalidade de licitação utilizada para a contratação de obras e serviços de engenharia de grande vulto é a _____, enquanto a modalidade utilizada para a aquisição de bens e serviços comuns é o _____.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Leilão; Diálogo Competitivo
- (B) Pregão; Concorrência
- (C) Concorrência; Pregão
- (D) Tomada de Preços; Concurso

Questão 29

Um órgão público estadual firmou contrato administrativo para a prestação contínua de serviços de limpeza em suas dependências, com prazo inicial de 12 meses, admitindo-se a prorrogação conforme a necessidade do serviço e o interesse público. Durante a execução, houve necessidade de ajustes no valor e em algumas condições contratuais, motivados por alterações quantitativas e circunstâncias devidamente justificadas.

Com base nas disposições da Lei nº 14.133/2021 - Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) A Administração Pública não pode prorrogar contratos de prestação de serviços contínuos, mesmo quando houver interesse público.
- (B) Alterações contratuais são permitidas, desde que estejam previstas no edital e no contrato, e sejam justificadas tecnicamente ou fundamentadas em interesse público, observando os limites legais.
- (C) O contrato administrativo pode ser alterado livremente pelo contratado, sem necessidade de concordância da Administração.
- (D) O contrato administrativo não pode sofrer alterações em seu valor ou em suas condições durante a execução, ainda que justificadas.

Questão 30

A Lei nº 14.133/2021, conhecida como Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, estabelece regras para a celebração e execução de contratos firmados pela Administração Pública, visando garantir eficiência, transparência e continuidade dos serviços públicos.

Entre os diferentes tipos de contratos previstos na

legislação, há aquele destinado à prestação de serviços contínuos, especialmente quando há dedicação exclusiva de mão de obra, como ocorre em serviços de limpeza, vigilância, recepção e apoio administrativo, em que o pessoal atua sob regime de subordinação e presença física nas dependências do órgão contratante.

Com base nessas disposições, assinale a alternativa **CORRETA**, que indica o tipo de contrato utilizado para essa finalidade:

- (A) Contrato de gestão.
- (B) Contrato de fornecimento.
- (C) Contrato de prestação de serviços.
- (D) Contrato de concessão.

Questão 31

No âmbito das contratações públicas regidas pela Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), cada modalidade licitatória é adequada a finalidades específicas, conforme o objeto e as características do serviço a ser contratado. Considerando as disposições legais, assinale a alternativa **CORRETA** quanto à modalidade utilizada para a contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

- (A) Diálogo Competitivo.
- (B) Concorrência.
- (C) Pregão.
- (D) Concurso.

Questão 32

Durante o planejamento de uma licitação voltada à contratação de serviços de tecnologia da informação, um gestor público busca garantir que todas as etapas do processo sejam conduzidas de forma transparente e em conformidade com a legislação vigente. Ele reconhece que a observância dos princípios que regem as licitações é essencial para assegurar a lisura, a eficiência e o interesse público nas contratações realizadas pela Administração.

Com base na Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa **CORRETA** sobre os princípios aplicáveis às licitações e contratos administrativos:

- (A) A licitação deve sempre observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, probidade administrativa, igualdade, planejamento, transparência, segurança jurídica, competitividade, economicidade e desenvolvimento nacional sustentável.
- (B) O princípio da publicidade restringe-se à publicação do resultado da licitação, sem necessidade de divulgação do edital ou das fases do processo.
- (C) O gestor pode flexibilizar os princípios da legalidade e da publicidade sempre que julgar conveniente, desde que atenda ao interesse público.

- (D) Apenas os princípios da legalidade, impessoalidade e moralidade são obrigatórios na condução de licitações, enquanto os demais são meramente recomendáveis.

Questão 33

Considerando os princípios constitucionais e administrativos que orientam a atuação da Administração Pública no Brasil, analise os itens a seguir e marque verdadeiros (V) ou Falsos (F):

☐ O princípio da legalidade obriga o agente público a agir conforme a lei, podendo atuar fora dela apenas em situações excepcionais.

☐ A impessoalidade garante que os atos administrativos não sejam direcionados para beneficiar ou prejudicar pessoas específicas.

☐ A moralidade administrativa exige que os atos públicos respeitem padrões éticos, mesmo que estejam formalmente legais.

☐ A publicidade dos atos administrativos é obrigatória em todos os casos, inclusive quando envolver informações sigilosas.

☐ O princípio da eficiência busca assegurar que os serviços públicos sejam prestados com qualidade e rapidez, utilizando os recursos de forma racional.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência **CORRETA**.

- (A) V, F, F, F, V.
- (B) F, V, V, F, V.
- (C) F, F, V, V, F.
- (D) V, V, F, V, F.

Questão 34

A Administração Pública é formada por um conjunto de órgãos, entidades e agentes que exercem funções administrativas em nome do Estado, com o objetivo de garantir o atendimento ao interesse público e a execução das políticas governamentais. Suas ações devem obedecer a princípios constitucionais, podendo ser realizadas tanto pela Administração Direta quanto pela Indireta, incluindo autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista.

Considerando essas características e princípios, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) A Administração Pública deve pautar suas ações pelos princípios constitucionais, garantindo a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, e pode atuar por meio da Administração Direta ou Indireta.
- (B) A Administração Pública é formada apenas pela Administração Direta, não englobando autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista.

- (C) A Administração Pública pode atuar exclusivamente em interesse próprio do Estado, dispensando observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- (D) Os atos praticados pela Administração Pública não estão sujeitos a controle interno ou externo, pois decorrem diretamente da vontade do ente federativo.

Questão 35

Em um município, a Prefeitura está elaborando um programa de inclusão social para garantir acesso a serviços básicos a toda a população. Durante uma reunião de planejamento, um servidor sugeriu que alguns grupos de moradores poderiam ser priorizados em razão de sua origem ou renda, excluindo outros cidadãos.

Considerando os direitos e deveres individuais e coletivos previstos na Constituição Federal, avalie as alternativas a seguir:

I. É correto priorizar determinados grupos de cidadãos, pois a Administração Pública pode decidir livremente sobre a distribuição de serviços.

II. A Administração Pública deve respeitar os direitos à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, garantindo que todos os cidadãos tenham acesso igualitário aos serviços, sem discriminação.

III. A Administração Pública pode restringir direitos individuais de grupos específicos sem motivação legal, desde que haja interesse econômico.

IV. O servidor pode recomendar tratamento diferenciado com base na renda ou origem dos cidadãos, pois não há princípio constitucional que impeça tal conduta.

Está **CORRETO** o que se afirma em:

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I, III e IV apenas.
- (C) II apenas.
- (D) II e III apenas.

Questão 36

Em um órgão público estadual, um servidor cometeu uma infração administrativa leve. Antes de aplicar qualquer sanção, a chefia imediata consultou a legislação vigente para assegurar que o procedimento fosse correto e garantisse os direitos do servidor.

Com base nas disposições gerais sobre servidores públicos previstas na Constituição Federal e na legislação aplicável, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) A Constituição e a legislação garantem que o servidor público possui direito ao devido processo legal, incluindo ampla defesa e contraditório, antes da aplicação de qualquer sanção.

- (B) O servidor público perde automaticamente o cargo ao cometer qualquer infração administrativa, independentemente de sua gravidade ou da existência de processo regular.
- (C) O servidor pode ser penalizado de forma imediata, sem necessidade de processo administrativo, pois a Administração tem prerrogativa de aplicar sanções livremente.
- (D) Apenas servidores federais têm direito ao contraditório e à ampla defesa, não se aplicando aos servidores estaduais ou municipais.

Questão 37

Em um órgão público municipal, uma servidora percebeu que mensagens ofensivas sobre sua religião estavam sendo compartilhadas em um grupo de comunicação interna entre colegas de trabalho. Sentindo-se prejudicada, ela registrou a ocorrência junto à ouvidoria do órgão, solicitando providências administrativas.

Considerando os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Como se trata de ambiente público, a liberdade religiosa não se aplica, pois o servidor deve se adaptar às práticas internas da Administração.
- (B) A Administração Pública não pode intervir em conflitos internos de servidores, pois sua atuação se limita a decisões administrativas formais.
- (C) A liberdade de manifestação do pensamento permite que colegas ofendam crenças alheias sem consequências no âmbito da Administração Pública.
- (D) A Constituição assegura a liberdade de consciência e de crença, garantindo proteção aos servidores contra qualquer tratamento discriminatório relacionado à religião, cabendo à Administração Pública adotar medidas corretivas.

Questão 38

Um município deseja criar uma lei própria sobre a gestão de serviços públicos locais, sem violar normas gerais estabelecidas pela União e pelo Estado. Considerando a organização político administrativa da República Federativa do Brasil, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) O município é considerado ente subordinado à União, sem direito a autonomia política ou administrativa.
- (B) O município não possui autonomia para criar leis próprias, devendo obedecer integralmente às normas do Estado e da União.
- (C) A Constituição Federal garante que os municípios têm autonomia política, administrativa e financeira, podendo criar leis sobre assuntos de interesse local, desde que respeitem a legislação estadual e federal.
- (D) O município pode legislar livremente sobre qualquer assunto, mesmo que contrarie normas estaduais ou federais, pois possui autonomia plena.

Questão 39

Em um setor público municipal, o gestor observa que muitas atividades estão atrasadas ou sobrecarregam os colaboradores, prejudicando a produtividade. Para melhorar o desempenho, ele decide:

1. Padronizar processos, garantindo que todos sigam os mesmos procedimentos.
2. Categorizar tarefas semelhantes, permitindo melhor alocação de tempo e recursos.
3. Dividir rotinas conforme prioridades, considerando prazos e impacto das atividades.
4. Monitorar desempenho individual e coletivo por meio de ferramentas como checklists e planilhas.

Qual alternativa melhor descreve o objetivo dessas ações? Assinale a opção **CORRETA**.

- (A) Melhorar o gerenciamento da rotina, promovendo eficiência, organização e maior previsibilidade na execução das tarefas.
- (B) Reduzir a necessidade de padronização e monitoramento, privilegiando imprevisto e flexibilidade excessiva.
- (C) Aumentar a burocracia, gerando mais etapas de controle, sem impacto na produtividade.
- (D) Delegar integralmente a responsabilidade das rotinas aos colaboradores, sem supervisão do gestor.

Questão 40

Em um município, um cidadão solicitou à Prefeitura cópias de documentos sobre a execução de obras públicas e o uso de recursos do orçamento municipal. A administração forneceu as informações solicitadas de forma clara e acessível, dentro dos prazos estabelecidos em lei.

Considerando os princípios de transparência na Administração Pública previstos na Constituição Federal e na Lei de Acesso à Informação - Lei nº 12.527/2011, assinale a alternativa mais **CORRETA**.

- (A) A transparência se limita à divulgação de atos administrativos no Diário Oficial, não abrangendo pedidos de cidadãos.
- (B) A Administração Pública deve assegurar o acesso às informações públicas, garantindo clareza, publicidade e tempestividade, permitindo que qualquer cidadão acompanhe a execução das políticas públicas.
- (C) O fornecimento de informações solicitadas por cidadãos depende de autorização prévia do chefe do Poder Executivo.
- (D) O cidadão só pode ter acesso a informações públicas se comprovar interesse pessoal ou financeiro na matéria.

Questão 41

Em uma unidade da Prefeitura, um cidadão compareceu ao setor de protocolo solicitando informações sobre o

andamento de um processo de licitação. O servidor responsável, apesar de possuir domínio das normas internas, respondeu de forma vaga, sem confirmar dados, e não forneceu orientações claras sobre os próximos passos. Como consequência, o cidadão retornou diversas vezes, gerando atrasos e retrabalho.

Considerando os princípios de comunicação administrativa e atendimento ao público, avalie as afirmativas a seguir:

I. Um atendimento eficiente exige clareza, objetividade e confirmação das informações, garantindo que o cidadão compreenda os procedimentos.

II. A comunicação administrativa não precisa ser adaptada ao público, pois o cidadão deve buscar conhecimento prévio das normas.

III. Falhas na comunicação podem gerar insegurança, retrabalho e comprometer a imagem da instituição perante os munícipes.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- (B) Apenas a afirmativa II está correta.
- (C) Apenas a afirmativa I está correta.
- (D) As afirmativas I, II e III estão corretas.

Questão 42

As funções clássicas da administração (planejamento, organização, direção e controle) são fundamentais para o funcionamento eficiente de qualquer organização. Com base nessas funções, assinale a alternativa mais **CORRETA**.

- (A) O planejamento consiste em executar as tarefas conforme as metas estabelecidas, garantindo que os colaboradores sigam as ordens sem questionamentos.
- (B) O controle permite avaliar os resultados obtidos, comparando-os com os objetivos planejados, e tomar medidas corretivas quando necessário.
- (C) A direção envolve o estabelecimento da estrutura organizacional, distribuição de recursos e alocação de tarefas.
- (D) A organização refere-se à definição de metas e objetivos estratégicos, sendo a etapa inicial do processo administrativo.

Questão 43

A Administração por Objetivos (APO), desenvolvida por Peter Drucker, é uma abordagem gerencial que busca alinhar os objetivos organizacionais com os individuais, promovendo foco em resultados e participação ativa dos colaboradores.

Com base nessa abordagem, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) A APO estimula a participação dos colaboradores na definição de metas, promovendo maior comprometimento com os resultados.
- (B) A avaliação de desempenho na APO é baseada no cumprimento de metas previamente estabelecidas, e não apenas na execução de tarefas.
- (C) A Administração por Objetivos dispensa o acompanhamento contínuo, pois os resultados são avaliados apenas ao final do ciclo.
- (D) A APO contribui para a melhoria da comunicação entre gestores e subordinados, ao envolver ambos na definição de objetivos.

Questão 44

Uma secretaria de um órgão público estadual está reorganizando suas unidades administrativas. A direção está avaliando diferentes tipos de departamentalização para otimizar o atendimento ao público e a execução das atividades internas. Entre as opções consideradas estão a funcional, por produto, geográfica e por clientes.

Considerando as características, vantagens e desvantagens de cada tipo de departamentalização, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) A departamentalização por produto é indicada apenas para órgãos públicos, pois permite segmentar clientes específicos, sem foco nos serviços prestados.
- (B) A departamentalização por clientes prioriza o agrupamento de tarefas iguais, sendo mais eficiente que a departamentalização funcional em todos os casos.
- (C) A departamentalização funcional organiza os setores por atividades similares, favorecendo a especialização, mas pode gerar dificuldade de comunicação entre departamentos.
- (D) A departamentalização geográfica organiza os setores por função, o que facilita a especialização, mas reduz a proximidade com o público local.

Questão 45

O Departamento de Ensino Superior (DESUP) da AESGA é responsável pela supervisão e oferta de cursos de graduação, pós-graduação, especialização, extensão, cursos sequenciais, tecnológicos e de educação a distância. De acordo com os Artigos 51 a 53 da Lei Municipal nº 3445/2006, o DESUP é exercido por um membro do corpo docente da AESGA, nomeado pelo Presidente, com mandato de dois anos, admitida recondução.

Considerando as atribuições legais do DESUP, assinale a alternativa mais **CORRETA** sobre os tipos de cursos que podem ser ministrados pelo departamento:

- (A) Graduação em qualquer área do conhecimento; Pós-Graduação nas áreas dos cursos já instituídos; Extensão nas áreas dos cursos já instituídos, Educação a distância; cursos de gestão avançada e pré-vestibulares.
- (B) Cursos livres e técnicos sem supervisão de graduação, pós-graduação ou cursos de extensão, mesmo fora das áreas já instituídas.
- (C) Apenas cursos de Graduação e Pós-Graduação, não incluindo extensão, sequenciais ou Educação a distância.
- (D) Exclusivamente cursos de pós-graduação e especialização, sem oferta de graduação, extensão ou cursos sequenciais.

Questão 46

De acordo com a Lei Municipal nº 3445/2006., que dispõe sobre a organização da AESGA, o Departamento Administrativo, Financeiro e Orçamentário é subdividido em diversas divisões, cada uma com atribuições específicas para assegurar o bom funcionamento.

Com base nesse dispositivo legal, assinale a alternativa que lista corretamente todas as divisões do Departamento Administrativo, Financeiro e Orçamentário:

- (A) Divisão de Pessoal; Divisão de Patrimônio; Divisão Jurídica; Divisão de Contabilidade.
- (B) Divisão de Tesouraria; Divisão de Planejamento; Divisão de Contabilidade; Divisão de Patrimônio; Divisão de Licitação.
- (C) Divisão de Tesouraria; Divisão de Pessoal; Divisão de Contabilidade; Divisão de Patrimônio; Divisão de Licitação e Compras.
- (D) Divisão de Tesouraria; Divisão de Compras; Divisão de Patrimônio; Divisão de Recursos Humanos.

Questão 47

De acordo com o Art. 124 da Lei Municipal nº 3445/2006, o Plano de Ensino deve ser apresentado pelo professor antes do início de cada semestre letivo ao respectivo Colegiado de Curso, contendo informações essenciais para o desenvolvimento da disciplina.

Analise as afirmativas abaixo todas estão corretas, **EXCETO**:

- (A) O Plano de Ensino serve como instrumento de organização das atividades acadêmicas e garantia de transparência na condução das disciplinas.
- (B) O Plano de Ensino deve ser apresentado antes do início de cada semestre letivo ao Colegiado de Curso para conhecimento e análise.
- (C) O documento deve conter ementa, objetivos, conteúdo programático, metodologia, critérios de avaliação, bibliografia básica e complementar, e planejamento das aulas.

- (D) O formato e a diagramação do Plano de Ensino podem ser definidos livremente pelo professor, sem necessidade de seguir modelo padrão.

Questão 48

De acordo com o Regime Disciplinar do Quadro Docente da AESGA (Art. 105 da Lei Municipal nº 3445/2006), aos integrantes do Quadro Docente poderão ser aplicadas penas disciplinares, como advertência, nas situações previstas na legislação. Analise as afirmativas a seguir e assinale Verdadeiro (V) ou Falso (F):

☐ O docente pode receber advertência por não cumprir os prazos estabelecidos nas Leis e Regulamentos da Autarquia.

☐ O docente pode ser advertido quando não comparecer a ato escolar de sua obrigação ou para o qual tenha sido convocado, sem motivo justificado.

☐ A falta ao trabalho por período igual e sucessivo a dez dias, de forma injustificada, também é motivo para aplicação de advertência.

Assinale a alternativa com a sequência **CORRETA**:

- (A) V, V, V.
- (B) V, V, F.
- (C) V, F, V.
- (D) F, V, F.

Questão 49

De acordo com os Artigos 37 a 39 da Lei Municipal nº 3445/2006, a Presidência da AESGA é o órgão executivo superior da autarquia, cujo titular é nomeado pelo Chefe do Poder Executivo municipal dentre os membros do corpo docente efetivo da AESGA, com mandato de quatro anos, admitida recondução.

Assinale a alternativa que apresenta uma competência que **NÃO** é atribuída ao Presidente da AESGA:

- (A) Aprovar leis municipais, criar novas secretarias municipais e nomear membros do Poder Legislativo, sem submeter as decisões ao Conselho de Administração.
- (B) Praticar atos necessários à administração de pessoal e à manutenção da ordem e disciplina; conferir graus e expedir diplomas; convocar extraordinariamente o Conselho de Administração.
- (C) Representar a autarquia em juízo ou fora dele; dirigir, coordenar e decidir sobre as atividades, funções e serviços da AESGA; planejar ações e propor a proposta orçamentária ao Conselho de Administração.
- (D) Encaminhar ao Poder Executivo propostas de alteração da lei e do estatuto da AESGA, após aprovação do Conselho de Administração.

Questão 50

Artigos 65 da Lei Municipal nº 3445/2006, compete ao

Coordenador Acadêmico e ao seu Coordenador Adjunto diversas atribuições voltadas à supervisão e organização dos cursos e atividades acadêmicas.

Com base na legislação, julgue as seguintes afirmativas:

I. Coordenar e supervisionar as atividades dos cursos.

II. Distribuir encargos de ensino, pesquisa e extensão entre os professores, respeitando suas especialidades, e coordenar suas atividades.

III. Executar os projetos de ensino, pesquisa e extensão aprovados pelo Conselho de Administração.

IV. Emitir pareceres sobre aproveitamento de estudos e adaptações de alunos transferidos e diplomados.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) Apenas I, II e III estão corretas.
- (B) Apenas I e II estão corretas.
- (C) Apenas III está correta.
- (D) As afirmativas I, II, III e IV estão corretas.

RASCUNHO - NÃO DESTAQUE - AESGA